

***InterCement Participações S.A.  
e Controladas***

*Demonstrações Financeiras Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2013 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
InterCement Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da InterCement Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da InterCement Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014

*Deloitte Touche Tohmatsu*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n° 2 SP 011609/O-8

*Carneiro*  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC n° 1 SP 109447/O-6

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de euros - €)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.227.676	990.170	Fornecedores		296.836	274.068
Títulos e valores mobiliários	5	50.570	59.724	Debêntures	11	179	219
Contas a receber de clientes	6	212.492	211.124	Empréstimos e financiamentos	10	104.682	202.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(31.480)	(40.033)	Juros a pagar	10 e 11	76.652	59.793
Estoques	7	428.469	420.081	Impostos e obrigações a pagar		57.401	59.589
Impostos a recuperar		76.248	48.660	Salários e encargos sociais		54.053	51.912
Ativos classificados como mantidos para venda		237	10.587	Dividendos e juros sobre o capital próprio	15	39.134	1.333
Partes relacionadas	15	868	2.279	Adiantamentos de clientes		17.397	7.415
Outros créditos		73.218	48.691	Partes relacionadas	15	1.131	1.134
Total do ativo circulante		<u>2.038.298</u>	<u>1.751.283</u>	Passivo atuarial	14	903	902
				Outras obrigações		26.576	30.598
				Total do passivo circulante		<u>674.944</u>	<u>689.148</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	1.627	1.199	Fornecedores		13.496	23.012
Contas a receber de clientes	6	245	118	Debêntures	11	835.577	1.000.400
Partes relacionadas	15	-	20	Empréstimos e financiamentos	10	2.803.423	2.822.235
Estoques	7	21.778	18.121	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	82.431	131.657
Impostos a recuperar		21.273	21.785	Provisão para reconstituição ambiental	13	42.802	48.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	80.337	6.877	Impostos e obrigações a pagar		7.664	9.717
Depósitos judiciais		13.876	16.785	Salários e encargos sociais		1.784	2.747
Outros créditos		25.489	13.385	Adiantamentos de clientes		-	3.794
Investimentos		20.357	36.295	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	442.497	480.160
Imobilizado	8	2.604.005	2.883.437	Passivo atuarial	14	16.637	21.129
Intangível:				Outras obrigações		13.105	16.747
Ágio	9	2.135.017	2.490.091	Total do passivo não circulante		<u>4.259.416</u>	<u>4.560.223</u>
Outros intangíveis	9	231.404	268.206				
Total do ativo não circulante		<u>5.155.408</u>	<u>5.756.319</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16	1.080.949	1.002.749
				Reserva de capital		393.034	-
				Reservas de lucros		203.974	66.835
				Ajustes de avaliação patrimonial		(329.470)	(108.874)
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.348.487	960.710
				Participação de não controladoras		910.859	1.297.521
				Total do patrimônio líquido		<u>2.259.346</u>	<u>2.258.231</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>7.193.706</u>	<u>7.507.602</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>7.193.706</u>	<u>7.507.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de euros - €, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

---

	Nota explicativa	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentada)
RECEITAS	18	2.624.392	2.033.161
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	19	(1.919.143)	(1.438.857)
LUCRO BRUTO		<u>705.249</u>	<u>594.304</u>
RECEITAS OPERACIONAIS (DESPESAS)			
Despesas administrativas e comerciais	19	(266.810)	(247.712)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	49.203	68.651
Equivalência patrimonial		741	403
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>488.383</u>	<u>415.646</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Variação cambial, líquida	20	(82.410)	(137.558)
Receitas financeiras	20	77.975	63.608
Despesas financeiras	20	(296.428)	(305.824)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>187.520</u>	<u>35.872</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	17	(74.177)	(56.477)
Diferidos	17	47.158	(80.141)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22	<u>160.501</u>	<u>(100.746)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍDO À			
Participação dos controladores		170.876	(90.383)
Participação dos não controladores		(10.375)	(10.363)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Básico/diluído por ação	22	<u>7,07</u>	<u>(5,61)</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de euros - €)

---

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u> (Reapresentada)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	160.501	(100.746)
Outros resultados abrangentes:		
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	(481.240)	(116.806)
Benefícios a empregados	1.683	-
Instrumentos financeiros de cobertura	1.019	2.594
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(318.037)</u>	<u>(214.958)</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL À		
Participação controladora	(84.213)	(112.419)
Participação não controladora	(233.824)	(102.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
 (Em milhares de euros - €)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de não controladoras	Total do patrimônio líquido
				Legal	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		891.324	-	6.805	151.573	(87.998)	-	961.704	6.661	968.365
Aumento de capital		111.425	-	-	-	-	-	111.425	-	111.425
Prejuízo líquido		-	-	-	-	-	(90.383)	(90.383)	(10.363)	(100.746)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	1.160	(1.160)	-	-	-
Absorção de prejuízos com reserva de investimento		-	-	-	(91.543)	-	91.543	-	-	-
Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.414.411	1.414.411
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	22.896	22.896
Outros-										
Dividendos pagos a minoritários		-	-	-	-	-	-	-	(43.908)	(43.908)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(22.036)	-	(22.036)	(92.176)	(114.212)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADOS)		1.002.749	-	6.805	60.030	(108.874)	-	960.710	1.297.521	2.258.231
Aumento de capital	16	78.200	393.034	-	-	-	-	471.235	-	471.235
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	170.876	170.876	(10.375)	160.501
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	(8.978)	8.978	-	-	-
Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores		-	-	-	-	43.471	-	43.471	(145.676)	(102.205)
Destinação:										
Constituição de reserva legal	16	-	-	8.993	-	-	(8.993)	-	-	-
Constituição de reserva para investimento	16	-	-	-	128.146	-	(128.146)	-	-	-
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	-	(42.716)	(42.716)	-	(42.716)
Outros-										
Dividendos pagos a minoritários		-	-	-	-	-	-	-	(7.162)	(7.162)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(255.089)	-	(255.089)	(223.449)	(478.538)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.080.949	393.034	15.798	188.176	(329.470)	-	1.348.487	910.859	2.259.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em milhares de euros - €)**

	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentada)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	187.520	35.872
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas operações:		
Depreciação, amortização, exaustão e perdas por imparidade	199.259	136.472
Provisão (reversão) de provisões para perdas eventuais, líquidas	8.756	(4.603)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	354.064	474.903
Ganho na venda de ativo permanente	(42.302)	(9.996)
Equivalência patrimonial	(741)	(403)
Outras perdas (ganhos) operacionais não caixa	5.752	(8.460)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	(322)	153
Contas a receber de clientes	(17.190)	33.986
Estoques	(14.339)	(38.577)
Impostos a recuperar	(5.180)	17.586
Dividendos recebidos	-	26
Outros créditos	14	(7.131)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	(119)	19.176
Fornecedores	30.396	(2.423)
Salários e férias a pagar	7.745	(5.731)
Outras obrigações e contas a pagar	(104.808)	(10.979)
Impostos e obrigações a pagar	(14.457)	4.477
	594.048	634.348
Imposto de renda e contribuição social pagos	(106.202)	(76.656)
Juros pagos	(227.372)	(184.363)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>260.474</u>	<u>373.329</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Resgates (aplicações) de títulos e valores mobiliários, líquidos	28.542	(21.522)
Aquisição de imobilizado	(331.058)	(260.311)
Adições ao intangível	(6.290)	(9.105)
Aumento do investimento	-	(339)
Venda de imobilizado	21.807	33.513
Compra de controlada, líquida do caixa adquirido	(14)	(968.929)
Dividendos recebidos	713	689
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(286.300)</u>	<u>(1.226.004)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	473.407	3.665.332
Venda de recebíveis e de fornecedores	-	45.579
Aquisição de minoritários	(100.071)	-
Aumento de capital	533.656	111.425
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(442.673)	(1.900.806)
Dividendos e outros instrumentos de capital	(17.134)	(67.957)
Partes relacionadas	-	(37.757)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>447.185</u>	<u>1.815.816</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>421.359</u>	<u>963.141</u>
<b>VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	(183.853)	(68.836)
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	990.170	95.865
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<u>1.227.676</u>	<u>990.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de euros - €, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social participação e investimentos em outras sociedades. A Companhia, através de suas subsidiárias InterCement Brasil, Loma Negra Compañía Industrial Argentina S.A. (“Loma Negra”) e CIMPOR - Cimentos Portugal, SGPS, S.A., tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar estes produtos.

Em 19 de fevereiro de 2013, a InterCement Brasil aprovou a cisão total da investida Machadinho Energética S.A. (“Maesa”) e a parcela de 6,3522% dos ativos e passivos da Maesa foi incorporada pela InterCement Brasil, com base em laudo de avaliação de 15 de janeiro de 2013.

Em 9 de agosto de 2013, a controlada InterCement Austria Holding GmbH (“InterCement Austria”) adquiriu a parcela adicional de 4,79% de participação na CIMPOR. Essa parcela adicional foi adquirida da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. (“CCCLux”).

Em 11 de dezembro de 2013, a InterCement Brasil alienou o equivalente a 3% de participação acionária na Yguazu Cimentos S.A., pelo montante de US\$3.250 mil, equivalente a €2.343, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho de €1.254, registrado no patrimônio líquido.

A Companhia possui 40 fábricas de cimento, 131 usinas de concreto e 25 usinas de agregados (localizadas no Brasil, na Argentina, em Portugal e no continente africano). Possui, ainda, 1 terminal portuário em Cabo Verde e 7 fábricas que produzem cal, embalagens e argamassa. As controladas InterCement Brasil e Loma Negra possuem ainda o controle na Yguazu Cimentos S.A. (“Yguazu”), sociedade paraguaia em que inaugurou uma operação de moagem e está construindo uma fábrica integrada de cimento. Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil possui participações societárias e ativos de geração de energia elétrica na modalidade de autoprodutor.

#### Aquisição de ativos e passivos da CIMPOR

Durante 2012, ocorreram diversas transações societárias, as quais destacamos a seguir:

- 1) Em 30 de maio de 2012, a controlada InterCement Austria registrou uma Oferta Pública Geral e Obrigatória de Aquisição (“OPA”), para a aquisição da totalidade das ações da cimenteira portuguesa CIMPOR, da qual sua controladora Camargo Corrêa S.A., através de sua controlada integral CCCLux, já possuía 32,9% de participação. O valor da oferta foi de €5,50 por ação.

- 2) Em 20 de junho de 2012, concluiu-se a OPA, que resultou na aquisição de participação adicional de 39,96% do capital social e dos direitos de voto da CIMPOR. Conseqüentemente, a controladora da Companhia e da CCCLux passou a deter, indiretamente, 72,9% das ações da CIMPOR. A Votorantim Cimentos S.A. (“Votorantim”) permaneceu com 21,2% de participação na CIMPOR, e a participação restante de 5,9% está diluída entre diversos acionistas.
- 3) Em 25 de junho de 2012, considerando as preocupações levantadas pelo órgão de defesa da concorrência no Brasil e para garantir uma estrutura acionária estável, a controlada InterCement Austria, a CCCLux e a Votorantim negociaram uma proposta de reorganização societária da CIMPOR, que visava segregarmos os ativos e passivos relacionados às operações de cimento, concreto e agregados na China, na Espanha, na Índia, em Marrocos, na Tunísia, na Turquia e no Peru e o equivalente a 21,2% da dívida líquida consolidada da CIMPOR (“Ativos Destacados”), para transferência para a Votorantim, e a conseqüente retirada da Votorantim do capital da CIMPOR.
- 4) A proposta de reorganização, que contemplava duas permutas, as quais estão descritas a seguir, foi concluída em 20 de dezembro de 2012:
  - a) A controlada InterCement Austria transferiu para a empresa controlada pela CIMPOR suas operações de cimento, concreto e agregados no Brasil, na Argentina, no Paraguai e em Angola, recebendo, em contrapartida, os Ativos Destacados da CIMPOR relacionados às operações de cimento, concreto e agregados na China, na Espanha, na Índia, em Marrocos, na Tunísia, na Turquia e no Peru e o equivalente a 21,2% da dívida líquida consolidada da CIMPOR.
  - b) Ato contínuo, a InterCement Austria transferiu referidos Ativos Destacados para a Votorantim, recebendo em troca a totalidade da sua participação acionária na CIMPOR. Com isso, a Votorantim retirou-se totalmente do capital da CIMPOR.

O valor justo dos ativos e passivos trocados foi determinado por dois renomados bancos de investimento contratados pela CIMPOR. Com base nessas análises, os valores a receber ou a pagar foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Durante o primeiro semestre de 2013, a Administração estabeleceu substancialmente o montante final do valor justo, o que resultou em um aumento no ágio de R\$15.679.

- 5) Finalmente, a controlada InterCement Austria passou a deter os ativos da CIMPOR referentes às operações de cimento, concreto e agregados em Portugal, em Cabo Verde, no Brasil, na África do Sul, no Egito e em Moçambique, assim como 78,8% da sua dívida líquida consolidada, desde 30 de junho de 2012, como resultado dos compromissos de reorganização societária assumidos em 25 de junho de 2012. A Companhia decidiu refletir os impactos contábeis desde 30 de junho de 2012.

A seguir, são apresentados as contraprestações transferidas e os valores iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data-base 30 de junho de 2012:

Caixa e equivalentes de caixa	541.670
Contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores	180.062
Estoques	207.634
Impostos a recuperar	37.476
Ativo classificado como mantido para venda	41.055
Outros créditos	<u>153.317</u>
Total do ativo circulante	<u>1.161.215</u>
Impostos a recuperar	11.046
Outros créditos	457.329
Investimentos	21.052
Imobilizado	1.963.893
Intangível	<u>257.567</u>
Total do ativo não circulante	<u>2.710.887</u>
Fornecedores e adiantamento de clientes	(136.017)
Empréstimos	(1.415.706)
Impostos e obrigações a recolher	(34.846)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(655)
Outras contas a pagar	<u>(465.372)</u>
Total do passivo circulante	<u>(2.052.597)</u>
Empréstimos	(553.871)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(138.931)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(361.988)
Outras contas a pagar	(51.794)
Participação dos acionistas não controladores	<u>(25.706)</u>
Total do passivo não circulante	<u>(1.132,290)</u>
Valor dos ativos líquidos adquiridos	<u>687,215</u>
A alocação do preço de compra está demonstrada a seguir:	
Total do valor justo da contraprestação transferida e participação dos acionistas não controladores	2.822.586
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos, em complemento ao valor histórico demonstrado anteriormente (*)	<u>(687.215)</u>
Ágio apurado na aquisição	<u>2.135.371</u>

(\*) O valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi alocado da seguinte maneira:

<u>País</u>	<u>Valor histórico</u>	<u>Imobilizado</u>	<u>Intangível</u>	<u>Impostos diferidos</u>	<u>Líquido</u>
Brasil	-	232.594	171.709	(137.463)	266.840
Egito	-	210.779	-	(52.695)	158.084
Moçambique	-	25.438	1.878	(8.741)	18.575
Portugal	-	146.930	51.589	(57.570)	140.949
África do Sul	-	82.073	19.289	(28.382)	72.980
Acervo líquido contábil	<u>29.787</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.787</u>
	<u>29.787</u>	<u>697.814</u>	<u>244.465</u>	<u>(284.851)</u>	<u>687.215</u>

Os ativos líquidos adquiridos mostrados anteriormente já incluem a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, que foi concluída até o final do período de mensuração permitido pela IFRS 3 - Combinação de Negócios, e estão refletidos neste relatório.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação, foi reapresentado para incluir os efeitos das avaliações finais realizadas pela Companhia e pelos especialistas externos em relação ao “preço de aquisição” preliminar anteriormente reconhecido, conforme permitido pela IFRS 3. Conseqüentemente, a diferença do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2012</u>		
	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012</u>	<u>Reapresentado</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Total do ativo circulante	<u>1.751.286</u>	<u>-</u>	<u>1.751.286</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.341	(464)	6.877
Demais ativos não circulantes	107.704	-	107.704
Imobilizado	2.758.053	125.384	2.883.437
Intangível:			
Ágio	2.603.896	(113.805)	2.490.091
Outros intangíveis	<u>212.145</u>	<u>56.062</u>	<u>268.207</u>
Total do ativo não circulante	5.689.139	67.177	5.756.316
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>7.440.425</u>	<u>67.177</u>	<u>7.507.602</u>

	31.12.2012		
	Originalmente apresentado	Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012	Reapresentado
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Total do passivo circulante	<u>689.149</u>	-	<u>689.149</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	1.000.400	-	1.000.400
Empréstimos e financiamentos	2.822.235	-	2.822.235
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	131.657	-	131.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	424.092	56.068	480.160
Outros passivos não circulantes	<u>125.770</u>	-	<u>125.770</u>
Total do passivo não circulante	<u>4.504.154</u>	<u>56.068</u>	<u>4.560.222</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital	1.002.749	-	1.002.749
Reservas de lucros	60.533	6.302	66.835
Ajustes acumulados de conversão	<u>(109.246)</u>	<u>372</u>	<u>(108.874)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	<u>954.036</u>	<u>6.674</u>	<u>960.710</u>
Acionistas não controladores	<u>1.293.086</u>	<u>4.434</u>	<u>1.297.520</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.247.122</u>	<u>11.108</u>	<u>2.258.230</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><u>7.440.425</u></u>	<u><u>67.176</u></u>	<u><u>7.507.602</u></u>

	31.12.2012		
	Originalmente apresentada	Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012	Reapresentada
<b><u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u></b>			
RECEITA	2.033.161	-	2.033.161
CUSTO DAS VENDAS	(1.454.396)	15.539	(1.438.857)
LUCRO BRUTO	<u>578.765</u>	<u>15.539</u>	<u>594.304</u>
Despesas administrativas e comerciais	(247.712)	-	(247.712)
Outras receitas (despesas), líquidas	68.651	-	68.651
Equivalência patrimonial	403	-	403
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>400.107</u>	<u>15.539</u>	<u>415.646</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Variação cambial, líquida	(137.558)	-	(137.558)
Receitas financeiras	63.608	-	63.608
Despesas financeiras	<u>(305.824)</u>	-	<u>(305.824)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>20.333</u>	<u>15.539</u>	<u>35.872</u>

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>	31.12.2012		<u>Reapresentada</u>
	<u>Originalmente apresentada</u>	<u>Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012</u>	
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes	(56.477)	-	(56.477)
Diferidos	(75.246)	(4.895)	(80.141)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<u>(111.390)</u>	<u>10.644</u>	<u>(100.746)</u>
<b>PREJUÍZO ATRIBUÍDO A</b>			
Participação dos controladores	(96.685)	6.302	(90.383)
Participação dos não controladores	(14.705)	4.342	(10.363)

Os resultados apresentados relativamente a 2012 incorporam apenas seis meses dos ativos provenientes da CIMPOR.

### Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas e operações em conjunto:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Controladas:				
"Holdings", entidades de suporte ao negócio, corporativas e "trading":				
InterCement Austria Holding GmbH	100,00	-	100,00	-
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Inversiones, S.A.	-	65,95	-	61,16
InterCement Austria Equity Participation GmbH	-	65,95	-	61,16
Caue Austria Holding GmbH	-	65,95	-	61,16
Cimpor Financial Operations, B.V.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Reinsurance, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	65,95	-	61,16
Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Eco, S.L.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Trading, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimship - Transportes Marítimos, S.A.	-	39,57	-	36,70
Cecime - Cimentos, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	-	(a)	-	61,16

	31.12.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Brasil:</b>				
InterCement Brasil S.A.	-	65,95	-	61,16
Cauê Finance Limited	-	65,95	-	61,16
CCCimentos Participações Ltda.	-	65,29	-	60,55
Companhia Camargo Corrêa de Energia	-	65,95	-	61,16
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	65,95	-	61,16
Transviária Logística e Transportes Ltda.	-	65,95	-	-
Cimpor - Cimentos do Brasil, Ltda.	-	(a)	-	61,16
<b>Argentina e Paraguai:</b>				
Holdtotal S.A.	-	65,95	-	61,16
Loma Negra C.I.A. S.A.	-	64,34	-	59,67
Betel S.A.	-	64,34	-	59,67
Cofesur S.A.	-	56,40	-	52,31
Compañia Argentina de Cemento Portland S.A.	-	64,34	-	59,67
Recycomb S.A.	-	64,34	-	59,67
Compañia Argentina de Cemento La Preferida de Olavarría S.A.	-	64,34	-	59,67
Cementos del Plata S.A.	-	0,48	-	0,45
Yguazu Cementos S.A.	-	43,63	-	42,89
<b>Portugal e Cabo Verde:</b>				
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	-	65,95	-	61,16
Mossines - Cimentos de Sines, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	-	65,95	-	61,16
Betão Liz, S.A.	-	64,96	-	60,25
Agrepor Agregados - Extracção De Inertes, S.A.	-	65,95	-	61,16
Sogral - Sociedade de Granitos, S.A.	-	65,95	-	61,16
Sanchez, S.A.	-	65,95	-	61,16
Bencapor - Produção de Inertes, S.A.	-	49,47	-	45,87
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	-	32,98	-	30,58
Prediana - Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.	-	65,95	-	61,16
Geofer - Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.	-	65,95	-	61,16
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	65,95	-	61,16
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	65,95	-	61,16
Alempedras - Sociedade de Britas, Lda.	-	65,95	-	61,16
Scoreco - Valorização de, Resíduos, Lda.	-	-	-	61,16
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	65,95	-	61,16
Mecan - Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.	-	65,95	-	61,16
Sogesso - Sociedade de Gessos de Soure, S.A.	-	65,95	-	61,16
Transformal, S.A.	-	65,95	-	61,16
Inversiones Filaria, S.L.	-	65,95	-	61,16
Lusobetimobiliária S.A.	-	65,95	-	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	64,72	-	60,02
Cabo Verde Betões e Inertes, S.A.	-	64,72	-	60,02
Indústria de Transformação de Pedras, Lda.	-	64,72	-	60,02
Betões de Cabo Verde, S.A.	-	64,72	-	60,02
Estabelecimentos Social do Norte, S.A.	-	(a)	-	61,16
Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.	-	(a)	-	61,16
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	-	(a)	-	61,16
Betofeira - Comércio de Cimentos, Lda.	-	(a)	-	61,16

	31.12.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
<b>Egipto:</b>				
Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E.	-	65,95	-	61,16
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	65,39	-	60,63
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	65,53	-	60,77
Cement Services Company, S.A.E.	-	65,7	-	60,93
Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.	-	65,89	-	61,10
Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E.	-	65,54	-	60,78
Amreyah Cimpor Ready Mix Company, S.A.E.	-	65,46	-	60,70
<b>Moçambique:</b>				
Cimentos de Moçambique, S.A.	-	54,50	-	49,93
Cimpor Betão Moçambique, S.A.	-	54,50	-	50,09
Imopar - Imobiliária de Moçambique, S.A.	-	65,95	-	61,16
Cimentos de Nacala, S.A.	-	54,56	-	49,99
<b>África do Sul:</b>				
Npc - Cimpor (Pty) Limited	-	48,81	-	45,26
Natal Portland Cement Company (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
Durban Cement Ltd.	-	65,95	-	45,26
Simuma Rehabilitation Trust	-	21,96	-	15,07
Npc Concrete (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
South Coast Stone Crushers (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
South Coast Mining (Pty) Ltd.	-	65,95	-	45,26
Eedeswold Highlands (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
Sterkspruit Aggregates (Pty) Ltd.	-	48,81	-	61,16
Sterkspruit Concrete (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
Durban Quarries (Pty) Ltd.	-	65,95	-	61,16
<b>Operações em conjunto:</b>				
<b>Brasil-</b>				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	5,94	-	5,50
<b>Consórcio:</b>				
<b>Brasil:</b>				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	-	2,93	-	2,72
Consórcio Machadinho	-	3,48	-	-

(a) Essas entidades foram incorporadas durante o exercício de 2013.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.



## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

## 2.3. Moeda funcional, de reporte e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), e as demonstrações financeiras estão apresentadas em euros (moeda de apresentação), para a conveniência dos leitores fora do Brasil, e, como determinado no parágrafo 38 da IAS 21 - Os efeitos das mudanças em taxas de câmbio estrangeiras, a Companhia pode apresentar suas demonstrações financeiras em qualquer moeda. Na adoção inicial das demonstrações financeiras em euros, os montantes incluídos no patrimônio líquido foram convertidos pelas taxas de câmbio históricas em vigência na data das transações do período mais antigo apresentado (1º de janeiro de 2009).

As principais taxas de câmbio utilizadas para a conversão das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	<u>€1,00 = R\$</u>
Taxa de câmbio - 31 de dezembro de 2011	2,4342
Taxa de câmbio - 31 de dezembro de 2012	2,6954
Taxa de câmbio - 31 de dezembro de 2013	3,2265
Taxa de câmbio média para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012	2,5090
Taxa de câmbio média para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013	2,8676

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada controlada, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa vigente.

Ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos de controladas no exterior são traduzidos para euros às taxas de câmbio vigentes no fim do período de reporte. Receitas e despesas e fluxo de caixa são convertidos usando a taxa de câmbio média para o ano. Ganhos e perdas cambiais derivados dessas conversões são classificados em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, sendo alocados às participações de não controladores, quando aplicável.

## 2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

O ágio e o ajuste a valor justo em ativos e passivos identificados adquiridos derivados de uma aquisição de uma transação no exterior são tratados como ativos e passivos derivados de tais transações e convertidos com base na taxa de câmbio no final de cada reporte. Diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

## 2.5. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmam aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outros CPCs e IFRSs.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide anteriormente), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

## 2.6. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e em outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

## 2.7. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcional ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável do ágio não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

## 2.8. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

### 2.8.1 Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- Não se mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem se mantém controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

#### 2.8.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

#### 2.9. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

#### 2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período acima de três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

#### 2.11. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

O ágio referente às aquisições de investimentos no exterior, reconhecidas antes da data de transição para as IFRSs, foi mantido na moeda funcional da Companhia.

#### 2.12. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

#### 2.13. Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

#### 2.14. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

## 2.15. Ativos intangíveis

### 2.15.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 2.15.2 Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

## 2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

## 2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e com o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

## 2.19. Tributação

### 2.19.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício e disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

### 2.19.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

## 2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

### Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) investimentos mantidos até o vencimento, (c) ativos financeiros disponíveis para venda, e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- Forem adquiridos principalmente para serem vendidos a curto prazo.
- No reconhecimento inicial forem parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- Forem um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

#### (b) Investimentos mantidos até o vencimento

Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

#### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (d) empréstimos e recebíveis.



(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até o vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ou (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

2.21. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”.

## 2.22. Juros sobre o capital próprio

Demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, operações em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

## 2.23. Licenças de emissão de CO<sub>2</sub> - mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas da Companhia em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma prática contábil que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, a Companhia adota as seguintes políticas:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de nenhum ativo ou passivo.
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registrados em resultados operacionais.
- Quando se estima que as emissões anuais de dióxido de carbono (“CO<sub>2</sub>”) excedem as licenças anualmente atribuídas, é reconhecido um passivo em contrapartida a “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do fim do exercício.
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis.

## 2.24. IFRSs novas e revisadas que afetam as demonstrações financeiras divulgadas no exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)

As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção de tais IFRSs novas e revisadas não teve efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os períodos/exercícios correntes e anteriores.

CPC	IFRS/IAS	Descrição
	IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
	IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
CPC 36 (R3)	IFRS 10	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
CPC 19 (R2)	IFRS 11	(Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 33 (R1)	IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados

CPC	IFRS/IAS	Descrição
CPC 35 (R2)	IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
CPC 18 (R2)	IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures”
	IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

## 2.25. Normas e interpretações novas ainda não adotadas

IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos.

## 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

### 3.1. Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### 3.1.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução ao seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 9.

## 3.1.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a amortização dos intangíveis, a provisão para perdas de bens paralisados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, a provisão para perdas e obsolescência de estoques, a provisão para reconstrução ambiental e desmantelamento de fábricas, e a provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, as premissas, a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e a provisão para perdas de estoques anualmente.

## 3.1.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme a seguir:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50
Máquinas e equipamentos	2 a 50
Veículos	2 a 16
Móveis e utensílios	2 a 33
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	50
Fornos, moinhos e silos	30 a 53
Direito de uso de software	3 a 5

(\*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) linearmente, com base na vida útil definida para a mina.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e bancos	395.231	192.640
Aplicações financeiras	<u>832.445</u>	<u>797.530</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.227.676</u></u>	<u><u>990.170</u></u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.779	518.203
Operações compromissadas	475.058	-
Fundos exclusivos:		
Notas do Tesouro Nacional - NTNs "over"	91.589	53.368
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	11.600	-
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	49.755	-
CDBs	6.375	11.254
Fundos de renda fixa	96.257	61.897
Letra financeira	2.366	-
Aplicações financeiras em controladas no exterior:		
Em pesos argentinos	29.923	38.305
Em dólares norte-americanos	2.236	8.200
Em euros	40.805	77.145
Outras	<u>24.702</u>	<u>29.158</u>
Total de aplicações financeiras	<u>832.445</u>	<u>797.530</u>

As aplicações financeiras têm vencimento original de até 90 dias ou são resgatáveis imediatamente por força de compromisso de recompra pela instituição financeira, com remunerações anuais, em reais entre 101% e 109% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em pesos argentinos entre 11,3% e 21,4% e em dólares norte-americanos e euros entre 0,05% e 0,7%.

O elevado valor em caixa e equivalentes de caixa está influenciado pelo aumento de capital ocorrido em 19 de dezembro de 2013, cujos fundos se destinam essencialmente à liquidação de dívida financeira (nota explicativa nº 16).

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Operações compromissadas	46.099	60.923
Outros	<u>6.097</u>	-
Total	<u>52.197</u>	<u>60.923</u>
Total - classificado no circulante	50.570	59.724
Total - classificado no não circulante	1.627	1.199

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Clientes dos mercados interno e externo	212.838	211.298
(-) Classificadas no não circulante	<u>(346)</u>	<u>(174)</u>
Classificadas no circulante	212.492	211.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - no ativo circulante	<u>(31.480)</u>	<u>(40.033)</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - no ativo não circulante	<u>(101)</u>	<u>(56)</u>

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base nos valores irre recuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
A vencer	130.270	126.472
Vencidas:		
0 a 30 dias	25.440	18.822
31 a 60 dias	10.259	3.200
61 a 90 dias	5.380	16.691
91 a 180 dias	9.280	6.210
181 dias ou mais	<u>32.209</u>	<u>39.903</u>
Total	<u>212.838</u>	<u>211.298</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Saldo no início do exercício	40.089	12.038
Constituições	1.654	3.984
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(8.120)	(8.250)
Ganho ou perda de variação cambial	(2.042)	(1.418)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>-</u>	<u>33.735</u>
Saldo no fim do exercício	<u>31.581</u>	<u>40.089</u>

(\*) Refere-se à parcela de créditos de liquidação duvidosa dos ativos decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

## 7. ESTOQUES

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante:		
Produtos acabados	49.390	42.422
Produtos em elaboração	81.715	80.197
Matéria-prima	160.965	199.780
Combustíveis	45.088	44.134
Almoxarifado	93.100	51.492
Adiantamento a fornecedores	198	2.534
Embalagem e outros	6.581	11.186
Provisão para perdas	<u>(8.568)</u>	<u>(11.664)</u>
Total	<u>428.469</u>	<u>420.081</u>
Não circulante:		
Matéria-prima	78	-
Almoxarifado	17.493	13.031
Provisão para perdas	(1.222)	(1.907)
Adiantamentos a fornecedores	<u>5.429</u>	<u>6.997</u>
Total	<u>21.778</u>	<u>18.121</u>

## 8. IMOBILIZADO

	<u>31.12.2013</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	214.369	(4.165)	210.205
Edifícios	620.195	(193.010)	427.185
Máquinas e equipamentos	1.779.197	(451.872)	1.327.325
Veículos	116.344	(36.111)	80.233
Móveis e utensílios	16.135	(9.478)	6.658
Minas e jazidas	58.398	(20.730)	37.668
Reservatório, barragens e adutoras	79.777	(12.823)	66.955
Outros	16.772	(3.665)	13.108
Peças de reposição	5.451	-	5.451
Adiantamento a fornecedor	80.643	-	80.643
Imobilizado em andamento	<u>348.574</u>	<u>-</u>	<u>348.574</u>
Total	<u>3.335.855</u>	<u>(731.854)</u>	<u>2.604.005</u>

	31.12.2012		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	249.310	(3.944)	245.366
Edifícios	654.174	(233.409)	420.765
Máquinas e equipamentos	2.059.847	(403.441)	1.656.406
Veículos	147.096	(43.408)	103.689
Móveis e utensílios	26.308	(15.862)	10.446
Minas e jazidas	49.442	(16.363)	33.079
Reservatório, barragens e adutoras	84.357	(8.877)	75.480
Outros	11.747	(2.884)	8.863
Peças de reposição	4.313	-	4.313
Adiantamento a fornecedor	52.266	-	52.266
Imobilizado em andamento	<u>272.764</u>	<u>-</u>	<u>272.764</u>
Total	<u>3.611.624</u>	<u>(728.188)</u>	<u>2.883.437</u>

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encargos financeiros, no montante de €8.269 (€6.491 em 31 de dezembro de 2012), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

Os saldos de imobilizado em andamento referem-se substancialmente a investimentos de expansão e construção de novas unidades, no Brasil e Paraguai, bem como a investimentos de manutenção nas unidades cimenteiras das outras áreas de negócio.

#### 8.1. A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	953.901
Adições	298.975
Baixas (c)	(26.125)
Depreciações	(130.764)
Efeito da variação da taxa de câmbio	(214.947)
Aquisição adicional de participação acionária (a)	38.506
Aquisição - CIMPOR (b)	<u>1.963.892</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.883.437
Adições	331.502
Baixas	(11.639)
Depreciações	(196.052)
Efeito da variação da taxa de câmbio	(416.255)
Outros	<u>13.012</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.604.005</u>

- (a) Refere-se à parcela de imobilizado decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada Yguazu pela controlada Holdtotal S.A.
- (b) Refere-se à parcela de imobilizado dos ativos decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.
- (c) Referem-se substancialmente ao desinvestimento de alguns ativos por alienação, incluindo aqueles que fazem parte do Termo de Compromisso de Desempenho com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, decorrente da aquisição da CIMPOR.



Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, quando inferior ao valor contábil, com exceção da análise de recuperação dos ativos imobilizados de Portugal, que geraram perdas no valor total de €5.554 (€6.685 em 2012, em Portugal e no Egito).

## 9. INTANGÍVEL

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Direitos de exploração de minas	201.810	231.017
Bens vinculados à concessão	5.809	10.272
Direitos de uso de software	5.201	6.224
Gastos com desenvolvimento de projetos	2.898	6.881
Marcas e patentes e outros	<u>15.686</u>	<u>13.812</u>
	<u>231.404</u>	<u>268.206</u>
Ágio:		
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	299.267	358.234
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (“CBC”) (b)	31.809	38.077
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (“CIMEC”) (b)	23.494	28.122
Cimpor Cimentos Portugal, SGPS, S.A. (c)	1.754.660	2.033.962
Outros	<u>25.787</u>	<u>31.696</u>
	<u>2.135.017</u>	<u>2.490.091</u>
Total	<u>2.366.421</u>	<u>2.758.297</u>

- (a) Refere-se ao ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo €337.456 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e €20.778 referentes à concessão ferroviária (Ferrosur), os quais foram amortizados pela taxa de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, os quais foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Refere-se ao ágio pago na aquisição da CIMPOR, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, a Companhia considerou as seguintes unidades geradoras de caixa e taxas de desconto:

	<u>Ágio</u>	<u>Taxa de desconto (*)</u>
Segmento Brasil	1.316.517	10,5%
Segmento Argentina e Paraguai	303.650	23,2%
Segmento Egito	42.660	21,1%
Segmento Portugal e Cabo Verde	304.859	9,5%
Segmento Moçambique	64.796	14,6%
Segmento África do Sul	<u>102.535</u>	15,5%
	<u>2.135.017</u>	

(\*) Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos elaborado pela Administração da Companhia, tendo os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos sido extrapolados na perpetuidade.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	527.339
Adições	2.191.461
Baixas	(2.270)
Amortizações	(8.605)
Efeito da variação da taxa de câmbio	(207.195)
Aquisição - CIMPOR (*)	<u>257.567</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.758.297
Adições	12.380
Baixas	(2.174)
Amortizações	(7.985)
Efeito da variação da taxa de câmbio	<u>(394.097)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.366.421</u>

(\*) Refere-se ao ágio e à parcela de intangível dos ativos decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os empréstimos e financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxas de juros (c)	Data Contratação	Maturidade	2013		2012		
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Holdings (*)	(a)	Bilateral	US\$	Indexada US Libor	mai/12	jan/22	-	536.973	-	559.789
Holdings (*)	(a)	Bilateral	EUR	Indexada Euribor	fev/12	fev/22	-	453.800	-	453.190
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	set/12	set/17	-	214.776	-	223.650
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	ago/12	out/17	-	192.405	-	200.849
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	out/12	abr/17	-	179.386	-	185.710
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	set/13	set/18	-	142.968	-	-
Holdings (*)		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	nov/12	set/17	-	127.665	-	127.027
Holdings (*)		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	set/12	set/17	-	99.134	-	98.787
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	out/12	abr/15	-	86.080	-	89.141
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	jul/11	jul/16	-	83.342	-	87.000
Holdings (*)		Bilateral	US\$	Indexada US Libor	jul/11	jul/15	-	74.420	-	77.687
Holdings (*)		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	nov/12	set/17	-	74.224	-	74.294
Holdings (*)		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	Várias	Várias	-	52.697	37.528	214.650
Argentina e Paraguai		Vários Bilaterais	ARS	Indexada Badlar	Várias	Várias	46.944	81.192	24.504	66.466
Argentina e Paraguai		Vários Bilaterais	US\$	Indexada US Libor	Várias	Várias	19.994	46.568	21.976	69.644
Argentina e Paraguai		Obrigação	US\$	7,25%	mar/06	mar/13	-	-	33.942	-
Brasil		Vários Bilaterais	US\$	Fixas e variáveis	Várias	Várias	1.035	126.956	-	165.318
Brasil	(b)	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	16.646	101.807	38.104	103.231
Argentina e Paraguai		Vários Bilaterais	US\$	Indexadas US Libor	Várias	Várias	7.455	73.011	32.055	-
Argentina e Paraguai		Vários Bilaterais	PYG	Fixas	dez/12	fev/13	-	-	2.296	-
África do Sul		Bilateral	ZAR	Indexadas Jibar	dez/13	dez/18	-	41.488	-	-
Portugal e Cabo Verde		BEI	EUR	Taxa BEI	set/03	set/15	6.667	6.667	6.667	13.333
Portugal e Cabo Verde		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	Várias	Várias	250	175	100	275
Moçambique		Bilateral	MZN	Indexada BT 3M	ago/10	fev/16	2.509	4.332	2.605	7.102
Egipto		Vários Bilaterais	EGP	Indexadas ao Corridor	Várias	Várias	2.962	3.357	2.257	5.092
Portugal e Cabo Verde		Descobertos	CVE	Indexada ao TRIBESCV 3M	jun/13	jun/14	221	-	117	-
Portugal e Cabo Verde		Bilateral	EUR	Indexada Euribor	out/03	out/13	-	-	36	-
							<u>104.682</u>	<u>2.803.423</u>	<u>202.187</u>	<u>2.822.235</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

- (\*) Consideram o conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e “trading”, conforme evidenciado na nota explicativa nº 1.
- (a) Garantido por entidades controladoras da Companhia.
- (b) Garantidos cerca de €91.000 por entidades controladoras da Companhia.
- (c) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares norte-americanos e euros consideram “spreads” entre 2,5% e 4,5%. Nas taxas em reais, os principais financiamentos indexados à taxa CDI têm um “spread” que varia entre 104% e 105% e aqueles indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP apresentam “spreads” que variam entre 1,15% e 5,5%.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes dos juros corridos classificados no passivo circulante e apresentados como “Juros a pagar” montam, respectivamente, a €38.382 e €33.864.

Dos empréstimos e financiamentos em euros cerca de €460.000 são garantidos pelos controladores da Companhia de forma direta ou indireta.

#### Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo possuem cronograma de vencimento conforme segue:

#### Exercício

2015	484.002
2016	380.438
2017	712.286
2018	344.706
Após 2018	<u>881.991</u>
Total	<u>2.803.423</u>

#### Condições restritivas

Esses financiamentos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

[página intencionalmente deixada em branco]

## 11. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as debêntures não conversíveis apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Taxas de juros (b)	Maturidade final	2013		2012	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Brasil	Debênture - Brasil	(a) R\$	Mar./12	Variável indexada ao CDI	Abr./22	-	462.538	218	553.641
Brasil	Debênture - Brasil	R\$	Jan./12	Variável indexada ao CDI	Ago./16	179	1.120	1	2.907
Brasil	Debênture - Brasil	R\$	Ago./12	Variável indexada ao CDI	Ago./22	-	371.920	-	443.852
						<u>179</u>	<u>835.577</u>	<u>219</u>	<u>1.000.400</u>

(a) Garantida pelos controladores da Companhia.

(b) As taxas variáveis contratadas consideram “spreads” até 15% acima do índice.

[página intencionalmente deixada em branco]



Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes dos juros corridos classificados no passivo circulante e apresentados como “Juros a pagar” montam, respectivamente, a €38.270 e €25.929.

As debêntures são garantidas pelos controladores da Companhia de forma direta ou indireta.

#### Condições restritivas

Esses financiamentos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

## 12. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Trabalhistas e previdenciários	30.878	19.161
Tributários (a)	37.921	86.842
Cíveis e outros	<u>15.749</u>	<u>27.360</u>
	84.548	133.363
Depósito judicial (b)	<u>(2.117)</u>	<u>(1.706)</u>
Total	<u>82.431</u>	<u>131.657</u>

(a) Brasil: Referem-se, substancialmente, a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da COFINS com créditos de Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - discussão sobre a insuficiência de recolhimento de tributo, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.

Portugal: Referem-se substancialmente a provisões para riscos fiscais relacionados ao imposto sobre o rendimento a partir do ano 2008, no montante de €25.000 (€68.300 em 2012), os quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial.

- (b) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados às provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Trabalhistas e previdenciárias	1.768	1.312
Tributárias	307	345
Cíveis e outras	<u>42</u>	<u>49</u>
Total	<u>2.117</u>	<u>1.706</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos, no montante de €336.289 (€318.500 em 31 de dezembro de 2012), relacionados a riscos com chance de perda considerada possível pelos assessores jurídicos.

#### Outros

InterCement Brasil e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relacionados a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o CADE, e para os quais não há provisão em 31 de dezembro de 2013, em razão de o prognóstico de perda ser considerado possível, em uma avaliação que considera as esferas administrativa e judicial, caso esta seja necessária.

O montante da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto, líquido dos impostos, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos que ocorreram em 2003, 2005 e 2007 (conforme o artigo 38 da Lei nº 12.529/11), ou de 1% a 30% do faturamento bruto (caso esteja sob a vigência da lei anterior). Em 2014, ocorreram novas audiências sobre esse processo na esfera administrativa, as quais foram descritas na nota explicativa nº 28.

A movimentação das provisões para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Trabalhistas e previdenciárias</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis e outras</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.161	86.842	27.360	(1.706)	131.657
Constituição/Depósito	20.014	2.588	2.553	(1.407)	23.748
Pagamento/Baixa de depósito (*)	(4.732)	(42.350)	(3.278)	629	(49.731)
Reversão	(1.751)	(6.839)	(7.866)	-	(16.456)
Varição cambial	(1.814)	(2.320)	(3.020)	367	(6.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>30.878</u>	<u>37.921</u>	<u>15.749</u>	<u>(2.117)</u>	<u>82.431</u>

- (\*) Em 2013, pagamentos de provisões tributárias incluem substancialmente o pagamento efetuado em Portugal no âmbito do regime especial em vigor até o final do exercício.

## 13. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisões para reconstituição ambiental no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	35.754
Constituição	874
Pagamento	(945)
Reversão	(3.182)
Efeito da variação da taxa de câmbio	(4.271)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>20.395</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	48.625
Constituição	1.034
Pagamento	(157)
Reversão	(155)
Efeito da variação da taxa de câmbio	<u>(6.545)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>42.802</u>

(\*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

## 14. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de benefício definido

Em algumas das controladas da Companhia existem planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A administração das obrigações decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 utilizaram a metodologia denominada “Unidades de Crédito Projetadas” e foram calculados com base nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	2013	2012
<b>Taxa técnica atuarial (em moeda local)</b>		
Portugal	4%	4%
África do Sul	8,84%	8,38%
<b>Taxa de crescimento das pensões</b>		
Portugal	1,8 % - 2,5%	1,8 % - 2,5%
<b>Taxa de rendibilidade do fundo</b>		
Portugal	4%	4%
<b>Taxa de crescimento salarial</b>		
Portugal	2% - 3%	2% - 3%
<b>Tábuas de mortalidade</b>		
Portugal	TV88/90	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
<b>Tábua de invalidez</b>		
Portugal	EKV 80	EKV 80
<b>Taxa de crescimento nominal dos custos médicos</b>		
Portugal		
Taxa global de crescimentos dos custos	N/A	N/A
Taxa de inflação médica	2%	2%
Taxa de crescimento de custos por idade	N/A	N/A
África do Sul	8,22%	6,38%

De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões	
	2013	2012
Custo dos serviços correntes	603	311
Custo dos juros	2.916	1.815
Custos administrativos	120	-
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(2.661)	(1.395)
Total de custos/(ganhos) com planos de pensões	(I) <u>977</u>	<u>730</u>
	Planos de saúde	
	2013	2012
Custo dos serviços correntes	164	(264)
Custo dos juros	632	683
Total de custos com planos de saúde	(II) <u>797</u>	<u>419</u>
Total de custos/(ganhos) com planos de benefício definido	(I) + (II) <u>1.774</u>	<u>1.149</u>

A movimentação ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e nos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhada como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Passivo atuarial - 1 de janeiro</b>	74.715	-	15.897	-	90.612	-
Consolidação inicial da CIMPOR	-	79.600	-	14.265	-	93.864
Benefícios e prémios pagos	(4.923)	(2.899)	(962)	(942)	(5.886)	(3.841)
Custo dos serviços correntes	603	311	164	(264)	767	46
Custo dos serviços passados	(767)	-	(2.240)	-	(3.007)	-
Custo dos juros	2.916	1.815	632	683	3.548	2.498
Ganhos e perdas atuariais	(1.141)	(4.111)	901	2.211	(240)	(1.900)
Efeito da conversão cambial	-	-	(169)	(56)	(169)	(56)
<b>Passivo atuarial - 31 de dezembro</b>	<u>71.402</u>	<u>74.715</u>	<u>14.223</u>	<u>15.897</u>	<u>85.625</u>	<u>90.612</u>
<b>Ativo do plano - 1 de janeiro</b>	68.582	-	-	-	68.582	-
Consolidação inicial da CIMPOR	-	66.942	-	-	-	66.942
Contribuições para o fundo	28	-	-	-	28	-
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(4.938)	(2.910)	-	-	(4.938)	(2.910)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	2.661	1.395	-	-	2.661	1.395
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	1.872	3.154	-	-	1.872	3.154
Custos administrativos	(120)	-	-	-	(120)	-
<b>Ativo do plano - 31 de dezembro</b>	<u>68.085</u>	<u>68.582</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.085</u>	<u>68.582</u>

O custo dos serviços passados inclui uma estimativa do impacto relativo ao aumento da idade legal da reforma, na área de negócio de Portugal, bem como o efeito de alterações efetuadas nos planos de saúde.

Para as obrigações de benefícios definidos com pensões e com a saúde na área de negócio de Portugal, que representam mais de 95% das obrigações do Grupo, estimou-se o impacto da redução de 0,25% na taxa de desconto, o que resulta em um acréscimo de obrigações de cerca de €2.400.

O diferencial entre o valor atual das obrigações dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos fundos nos últimos dois exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2013	2012
Valor do passivo atuarial	71.402	74.715
Valor dos ativos	(68.085)	(68.582)
Déficit	3.317	6.133
Obrigações por benefícios aos empregados:		
Passivo não circulante	3.317	6.133
Exposição total	3.317	6.133
Planos de saúde	2013	2012
Obrigações por benefícios aos empregados:		
Passivo circulante	903	902
Passivo não circulante	13.320	14.996
Exposição total	14.223	15.898

A Companhia não tem constituído nenhum fundo autônomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos dos fundos relacionados a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é como segue:

	2013	2012
Ações	21,6%	19,1%
Obrigações taxa fixa	47,6%	41,9%
Obrigações taxa variável	16,6%	18,1%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	14,2%	21,0%
	100,0%	100,0%

Os investimentos imobiliários incluem um imóvel valorizado por €7.215, o qual foi alienado ao fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, por uma empresa do Grupo, e que se encontra arrendado para utilização do Grupo, com uma renda anual de €560.

#### Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia incorreu em custos com planos de contribuição definida de €3.514 e €1625, respectivamente.

## 15. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	31.12.2013							
	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante			
	Contas a receber	Partes relacionadas	Outros créditos	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes	Dividendos a pagar
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	15	-	15	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	685	-	-	-	9	-	42	-
Setefrete - SGPS, AS	-	4	-	-	1	-	-	-
Agueiro S.A.	-	857	-	-	-	-	-	-
Controladores:								
Camargo Corrêa S.A.	-	-	96	-	-	-	-	38.236
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l.	-	-	-	-	-	400	-	-
Outros	<u>96</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>731</u>	<u>101</u>	<u>898</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>781</u>	<u>868</u>	<u>96</u>	<u>=</u>	<u>25</u>	<u>1.131</u>	<u>158</u>	<u>39.134</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>707</u>	<u>2.279</u>	<u>=</u>	<u>20</u>	<u>455</u>	<u>1.134</u>	<u>52</u>	<u>1.333</u>

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são como segue:

	31.12.2013	
	Vendas	Compras/despesas
Entidades sob controle comum:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	-	4.657
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (a)	8.406	2
Setefrete - SGPS, AS	-	4
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	387	-
Controladores:		
PARMV Properties - Empreendimentos S.A. (b)	<u>16.000</u>	<u>-</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>24.793</u>	<u>4.663</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>9.314</u>	<u>819</u>

(a) Referem-se à compra e venda de mercadorias e serviços.

(b) Refere-se à venda de imóvel, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

Remuneração dos Administradores

O montante pago durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de €16.153, sendo: (i) €15.195 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) €958 referentes a benefícios pós-emprego (delongos prazos), principalmente relacionados à previdência privada (€12.791 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo €12.411 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios, e €380 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

16. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS

Capital social em 31 de dezembro de 2012	1.002.749
Aumento de capital	<u>471.235</u>
Capital social em 31 de dezembro de 2013	<u>1.473.984</u>

O capital social em 31 de dezembro de 2013 é representado por 25.046.440 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 22.687.439 ações ordinárias e 2.359.001 ações preferenciais (22.687.439 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2013, a Companhia aprovou o aumento de capital com emissão de 2.359.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$657,057796922 (€202,32726618) por ação, no valor total de R\$253.956 (€78.200), com a consequente alocação do montante de R\$1.276.379 (€393.035), líquido dos custos de captação, à conta “Reserva de capital”.

As ações preferenciais atribuem a seus titulares o direito ao recebimento de dividendos mínimos, não tendo direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia, e podem ser resgatadas mediante deliberação do Conselho de Administração.

Reserva de lucros

Corresponde à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Dividendos

Aos detentores de ações ordinárias é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

Lucro do exercício	170.876
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	8.978
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(8.993)</u>
	<u>170.861</u>



Dividendos mínimos obrigatórios- Ações ON	42.716
Proposta da Administração:	
Dividendos a pagar	42.716
Constituição de reserva de lucros	128.146

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	187.520	35.872
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(63.757)	(12.196)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(41.346)	(8.342)
Juros sobre o capital próprio, líquido	7.842	-
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa durante o exercício	4.342	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	421	(79.312)
Ajustes a impostos diferidos	63.539	(39.211)
Outros	<u>1.940</u>	<u>2.443</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(27.019)</u>	<u>(136.618)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização pelas controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<b>Ativo:</b>		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	137.595	73.146
Riscos tributários, trabalhistas e cíveis	16.129	17.954
Avaliação da vida útil do imobilizado	3.820	12.356
Amortização de ágio	2.095	9.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.025	2.888
Provisão para reconstituição ambiental	5.853	13.307
PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	6.243	6.757
Provisões para participação nos lucros	3.190	2.018
Provisões para serviços de terceiros	6	404
Variação cambial tributada no regime de caixa	2.318	-
Outras provisões temporárias	<u>8.663</u>	<u>14.784</u>
Total do ativo	<u>186.937</u>	<u>152.857</u>
<b>Passivo:</b>		
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	166.748	161.343
Variação cambial tributada no regime de caixa	-	1.151
Custo atribuído do ativo imobilizado	78.115	152.469
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	48.058	57.594
Mensuração dos ativos adquiridos ao valor justo (b)	227.238	217.468
Combinação de negócios	-	322
Provisão para reconstituição ambiental	41	5.704
Ajuste a valor presente - incentivo Fomentar	8.251	7.950
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	2.204	2.964
Outras provisões temporárias	<u>18.441</u>	<u>18.175</u>
Total do passivo	<u>549.096</u>	<u>626.140</u>
Total líquido classificado no ativo não circulante	<u>80.337</u>	<u>6.877</u>
Total líquido classificado no passivo não circulante	<u>442.497</u>	<u>480.160</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a controlada InterCement Brasil revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR).
- (b) Refere-se à reavaliação dos ativos ao valor justo quando da aquisição da controlada CIMPOR, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Em 31 de dezembro de 2013, a expectativa de realização do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é como segue:

2014	38.433
2015	30.143
2016	7.047
2017	6.887
2018	7.362
Após 2018	<u>47.723</u>
Total	<u>137.595</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias.

#### Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

No Brasil, em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (“MP 627/13”), que, entre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRSs); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia, dada a redação atual do texto da MP 627/13, em avaliação prévia e fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, optará pela adoção antecipada para janeiro de 2014 dessa MP, a depender: (i) do texto final da Lei decorrente dessa MP, processo atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que pode gerar modificações na redação atual da MP; e (ii) da regulamentação da matéria pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 18. RECEITAS

A composição das receitas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Venda de produtos	2.713.269	2.081.072
Serviços prestados	342.816	228.498
(-) Impostos sobre vendas	(382.983)	(221.522)
(-) Abatimentos/descontos	<u>(48.710)</u>	<u>(54.887)</u>
Total	<u>2.634.392</u>	<u>2.033.161</u>

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, Programa de Integração Social - PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

## 19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Depreciação, amortização e perdas por imparidade	(199.259)	(136.472)
Salários e benefícios a empregados	(229.647)	(260.625)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(606.301)	(509.953)
Despesas tributárias	(16.147)	(8.351)
Serviços de terceiros	(191.843)	(157.707)
Despesas com aluguel	(31.444)	(33.616)
Despesas com frete	(257.520)	(174.794)
Despesas com manutenção	(121.858)	(121.085)
Despesas com combustível	(192.336)	(83.745)
Despesas com eletricidade	(121.892)	(90.163)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	1.507	1.231
Ganho na venda de ativo imobilizado (a)	40.623	22.541
Ganho na venda de créditos de carbono (b)	4.088	26.717
Ganho na troca de licenças de emissão	-	3.920
Custos de reestruturação e outros extraordinários (c)	(54.490)	(19.878)
Outras despesas	<u>(90.231)</u>	<u>(76.787)</u>
Total	<u>(2.136.750)</u>	<u>(1.617.918)</u>
Custo das vendas e dos serviços	(1.919.143)	(1.438.857)
Despesas administrativas e comerciais	(266.810)	(247.712)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>49.203</u>	<u>68.651</u>
Total	<u>(2.136.750)</u>	<u>(1.617.918)</u>

(a) Em 2013, refere-se substancialmente:

- À venda dos direitos minerários da reserva localizada em Itupeva, no Estado de São Paulo, no montante de €11.208, com vencimento até 30 de novembro de 2015.
- Ao ganho na alienação de imóvel ao acionista controlador, no montante de €10.605.
- Ao resultado da venda de créditos com entidade pública em Portugal, no montante de €11.000.

Em 2012, refere-se substancialmente à alienação efetuada pela controlada InterCement Brasil de 12 usinas a terceiros e 4 terrenos a empresas que possuem os mesmos acionistas da Companhia, sendo 3 terrenos à CCEC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. e 1 terreno à BTS Participações e Investimentos Ltda. Tal transação gerou ganho no montante de €18.815.

(b) Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na área de negócios de Portugal foram estimadas emissões de CO<sub>2</sub> de 2.749.209 toneladas (2.195.441 toneladas de CO<sub>2</sub> em 31 de dezembro de 2012). Do total de licenças atribuídas, foram alienadas 883.000 toneladas (3.382.000 em 2012), que geraram um ganho de €4.088 (€26.717 em 2012) registrado em “Outras receitas (despesas), líquidas”. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo efetuou uma operação de troca de licenças “European Union Allowances - EUA” por “Certified Emission Reduction - CER”, da qual resultou ganho no montante de €3.920.

- (c) Em 31 de dezembro de 2013, incluem o pagamento efetuado pela controlada (Loma Negra) na sequência de uma decisão judicial desfavorável relativa a uma multa aplicada pela Comissão Nacional de Defesa da Concorrência da Argentina, por supostos atos praticados entre julho de 1981 e agosto de 1989, no valor de aproximadamente €23.000.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Variação cambial, líquida:		
Receita com variação cambial	286.969	89.003
Despesa com variação cambial	<u>(369.379)</u>	<u>(226.561)</u>
Total	<u>(82.410)</u>	<u>(137.558)</u>
Receitas financeiras:		
Variação monetária	1.866	3.650
Rendimento financeiro	64.899	24.822
Juros ativos	2.315	17.618
Instrumentos financeiros derivativos	5.786	13.264
Outras receitas	<u>3.109</u>	<u>4.254</u>
Total	<u>77.975</u>	<u>63.608</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(11.850)	(4.319)
Despesa com juros e encargos	(251.656)	(195.085)
Despesas com comissões bancárias	(18.009)	-
Despesa de multas	(76)	(1.016)
Instrumentos financeiros derivativos	(80)	(6.857)
Perda reconhecida no ativo detido para venda (a)	(516)	(26.002)
Custo financeiro com amortização antecipada da dívida (b)	-	(49.790)
Outras despesas	<u>(14.241)</u>	<u>(22.755)</u>
Total	<u>(296.428)</u>	<u>(305.824)</u>

- (a) Corresponde à perda por imparidade na participação financeira na C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A., que a controlada CIMPOR obteve no ano 2012, no montante de €23.650, a qual foi alienada no início do exercício de 2013.
- (b) Refere-se aos encargos relacionados à liquidação antecipada de financiamentos da controlada CIMPOR, devido a cláusulas de mudança de controle (“Change of Control”), as quais incluem, essencialmente, o efeito do reembolso dos “US Private Placements”.

## 21. COMPROMISSOS

## a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

	<u>31.12.2013</u>
Até um ano	5.348
De um a cinco anos	9.067
Mais de cinco anos	<u>3.046</u>
Total	<u>17.461</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecido o montante de €9.194 (€3.823 em 31 de dezembro de 2012) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

## b) Contratos de compra

A InterCement Brasil possui acordo contratual de aquisição de escória bruta, com prazo previsto para 2021, correção anual pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e estimativa de desembolso total, em valores nominais, conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>
2014	11.472
2015	14.296
2016	14.296
2017	14.296
Após 2017	<u>57.185</u>
Total	<u>111.545</u>

As demais controladas possuem acordo contratual para a aquisição de estoques e ativo imobilizado, bem como para a operação de instalações localizadas em propriedades de terceiros, conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>
2014	35.877
2015	11.217
2016	9.867
2017	8.864
Após 2017	<u>31.507</u>
Total	<u>97.332</u>

## 22. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a norma internacional IAS 33 - Resultado por Ação, no quadro a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído às ações ordinárias	160.501	(100.746)
Média ponderada de ações - ON	22.687.439	19.862.439
Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação ON	7,07	(5,07)

## 23. SEGUROS

As empresas nas áreas de negócios do Brasil, da Argentina e do Paraguai mantêm política de efetuar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos e danos materiais, de acordo com a avaliação da Administração.

Nas demais áreas de negócios a controlada Cimpore Reinsurance, S.A., uma empresa de seguros responsável pela gestão de risco operacional, assume diretamente todos os riscos de danos materiais e avaria de maquinaria com limites compensatórios de até €3.000 por cada evento segurado e riscos de terceiros e de produto de até €250 por evento coberto, sendo, em cada caso, o excesso coberto por empresas de resseguros internacionais.

Em 2013, a Companhia definiu uma política global de seguros, a qual será aplicada a partir de 2014.

## 24. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu fiança às suas controladas para assegurar o cumprimento integral das obrigações decorrentes da dívida financeira (notas explicativas nº 10 e nº 11) até o montante de, aproximadamente, €1.500 milhões.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

### 25.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

## 25.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as controladas integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros, monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como os riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e liquidez.

## 25.3. Categorias de instrumentos financeiros

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis:		
Caixa e bancos	395.231	192.640
Aplicações financeiras - ativo financeiro	574.504	737.495
Contas a receber de clientes	212.736	211.241
Partes relacionadas	868	2.299
Valor justo por meio do resultado:		
Fundos exclusivos	308.364	147.681
Derivativos	9.608	-
Passivos financeiros - custo amortizado:		
Debêntures	835.756	1.000.620
Empréstimos e financiamentos	2.908.105	3.024.422
Fornecedores	310.331	297.080
Juros a pagar	76.652	59.793
Valor justo por meio do resultado-		
Derivativos	1.822	10.057
Outros passivos financeiros-		
Derivativos	581	-

## 25.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos diferentes das respectivas moedas funcionais, principalmente em dólares norte-americanos e euros, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados ao risco de taxa de câmbio estão relacionados a seguir:



	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	196.456	126.225
Contas a receber	<u>1.853</u>	<u>71</u>
Ativo exposto	<u>198.309</u>	<u>126.296</u>
Passivo:		
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	2.267.048	2.096.634
Fornecedores no exterior	<u>61.521</u>	<u>46.404</u>
Passivo exposto	<u>2.328.569</u>	<u>2.143.038</u>

### Derivativos

Em 31 de dezembro de 2013, o valor justo dos derivativos é o seguinte:

	<u>Outros ativos</u>		<u>Outros passivos</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Designados como “hedge” de fluxo de caixa-				
“Swaps” de taxa de câmbio	-	-	490	91
Não designados:				
Taxa de juros	-	-	-	1.783
Taxas de juros e câmbio	-	5.785	-	-
“Forwards” cambiais	<u>3.783</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.783</u>	<u>5.785</u>	<u>490</u>	<u>1.874</u>

Alguns instrumentos financeiros derivativos, embora estejam qualificados à política de gestão de riscos financeiros da Companhia, no que diz respeito à gestão de risco de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados como “hedge accounting” e, por isso, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A tabela a seguir detalha o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados que são qualificados como cobertura de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2013:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Tipo de operação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Objetivo econômico</u>	<u>Valor justo</u>
Fluxo de caixa	€5.000.000	“Swap” de taxa de câmbio	Junho de 2015	Cobertura de fluxo de caixa dos juros de empréstimo	(581)
Fluxo de caixa	€5.000.000	“Swap” de taxa de câmbio	Novembro de 2013	Cobertura de fluxo de caixa dos juros de empréstimo	<u>Cancelado (*)</u> <u>(581)</u>

(\*) Em abril de 2013, procedeu-se ao cancelamento deste instrumento por conta da amortização antecipada do ativo subjacente dessa cobertura, com um custo similar ao valor de mercado dele.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não qualificados como cobertura, em 31 de dezembro de 2013, tinha a seguinte composição:

Valor nominal	Tipo de operação	Vencimento	Objetivo econômico	Valor justo
€0.000.000	IRS com ponta recebedora condicionada	Junho de 2015	Redução dos custos financeiros - “swap” com opções vendidas em um índice de taxa de juros	Cancelado (*)
US\$200.000.000/ R\$440.840.000	“Cross-currency swap”	Setembro de 2018	Criação de um empréstimo sintético em R\$	5.785
US\$130.875.922	“Forwards”	Janeiro e fevereiro de 2014	“Hedge” de exposição passiva em US\$	3.783
€5.000.000	IRS com ponta recebedora condicionada	Junho de 2015	Redução dos custos financeiros - “swap” com opções vendidas em um índice de taxa de juros	(1.783)
				<u>7.785</u>

(\*) Com o intuito de reduzir a volatilidade dos resultados, a Companhia cancelou antecipadamente o derivativo, com um custo de €5.850.

#### 25.5. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo “medium-term notes” e do empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Valor justo	128.634	112.717
Valor contabilizado	132.457	115.955

#### 25.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo:		
CDI	762.107	180.488
SELIC	<u>50.682</u>	<u>11.452</u>
Total do ativo	<u>812.789</u>	<u>191.940</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo:		
IGP-M	6.979	13.259
CDI	907.787	580.669
EURIBOR	816.481	778.806
IPCA	472	989
LIBOR	1.143.660	1.642.801
TJLP	79.041	101.465
Outros	<u>8.199</u>	<u>26.553</u>
Total do passivo	<u>2.962.619</u>	<u>3.144.542</u>

### 25.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

### 25.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI, do IPCA e da TJLP é conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenários</u>		
		<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
<u>Impacto do risco cambial</u>				
Derivativos	Valorização do real	(78)	10.063	15.418
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	20.611	15.459	10.306
Contas a receber	Valorização do real	193	145	97
Passivo:				
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	236.467	295.584	354.701
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	6.536	8.170	9.804
<u>Exposição a índices variáveis</u>				
Derivativos	Diminuição do índice	2.802	3.548	4.308
Aplicações financeiras:				
CDI	Queda do índice	90.035	67.526	45.017
SELIC	Queda do índice	6.102	4.576	3.051

Operação	Risco	Cenários		
		<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
Empréstimos e debêntures:				
IGP-M	Aumento do índice	153	191	229
CDI	Aumento do índice	107.246	134.057	160.869
IPCA	Aumento do índice	31	39	47
LIBOR	Aumento do índice	7.502	9.377	11.253
URTJLP	Aumento do índice	4.447	5.558	6.670
EURIBOR	Aumento do índice	5.356	6.695	8.034

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

## 26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Capitalização de juros	9.304	6.491
Aquisição de imobilizado através de financiamento	2.310	5.432
Aquisição de intangível com dívida	-	2.946
Aquisição de terrenos que serão pagos futuramente	-	2.978
Venda de imobilizado por troca de serviço	-	279

## 27. SEGMENTO OPERACIONAL

Os segmentos operacionais são identificados com base nos relatórios internos relacionados aos componentes da Companhia, periodicamente revistos pelo “Chief Executive Officer - CEO”, o principal tomador de decisões operacionais, de modo que os fundos podem ser alocados aos segmentos e suas performances podem ser avaliadas.

A fim de gerenciar seus negócios levando em consideração suas atividades financeiras e operacionais, a Companhia classificou seus negócios para a área geográfica em que opera.

As informações de resultado são as seguintes:

	31.12.2013				31.12.2012			
	Vendas de produtos e serviços prestados				Vendas de produtos e serviços prestados			
	Vendas externas	Vendas entre segmentos	Total	Resultado	Vendas externas	Vendas entre segmentos	Total	Resultado
Informações por segmento:								
Brasil	1.238.695	-	1.238.695	337.958	1.045.550	-	1.045.550	265.393
Argentina e Paraguai	649.890	-	649.890	101.330	595.069	-	595.069	105.487
Portugal e Cabo Verde	206.046	101.211	307.257	(22.186)	130.375	26.224	156.599	15.387
Egito	180.779	-	180.779	25.748	79.861	-	79.861	4.594
Moçambique	141.878	-	141.878	25.408	76.713	-	76.713	17.120
África do Sul	<u>121.703</u>	<u>3.481</u>	<u>125.184</u>	<u>24.588</u>	<u>63.959</u>	<u>1.847</u>	<u>65.806</u>	<u>14.559</u>
Total	<u>2.538.991</u>	<u>104.692</u>	<u>2.643.683</u>	<u>492.846</u>	<u>1.991.527</u>	<u>28.071</u>	<u>2.019.598</u>	<u>422.540</u>
Outros	85.400	226.097	311.497	(5.204)	41.633	102.251	143.884	(7.297)
Eliminações	-	(330.788)	(330.788)	-	-	(130.322)	(130.322)	-
Subtotal	<u>2.624.391</u>	<u>1</u>	<u>2.624.392</u>	<u>487.642</u>	<u>2.033.160</u>	<u>-</u>	<u>2.033.160</u>	<u>415.243</u>
Ações de resultados em empresas associadas				741				403
Lucro antes do resultado financeiro				488.383				415.646
Resultado financeiro, líquido				(300.863)				(379.744)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				187.520				35.872
Imposto de renda e contribuição social				(27.019)				(136.619)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício				<u>160.501</u>				<u>(100.746)</u>

O lucro líquido anteriormente mencionado inclui o valor total dos segmentos da Companhia, sem considerar os seguintes montantes atribuíveis a não controladores:

	Participação dos minoritários	
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Informações por segmento:		
Brasil	51.298	27.662
Argentina e Paraguai	5.601	175
Portugal e Cabo Verde	(4.261)	(8.176)
Egito	7.823	1.890
Moçambique	6.553	2.877
África do Sul	<u>9.653</u>	<u>5.029</u>
	76.667	29.457
Outros	(87.041)	(39.820)
Total	<u>(10.375)</u>	<u>(10.363)</u>

## Outras informações da Companhia:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Gastos com imobilizado e intangível	Depreciação, amortização e perdas por imparidade	Provisões	Gastos com imobilizado e intangível	Depreciação, amortização e perdas por imparidade	Provisões
Informações por segmento:						
Brasil	215.381	73.261	532	967.683	50.114	(9.966)
Argentina e Paraguai	72.496	22.887	957	68.093	25.411	1.665
Portugal e Cabo Verde	3.656	57.518	(1.563)	643.874	30.629	191
Egito	19.950	23.565	856	365.247	15.848	3.909
Moçambique	24.996	6.711	-	139.845	4.994	-
África do Sul	<u>1.591</u>	<u>11.959</u>	<u>2</u>	<u>203.362</u>	<u>7.011</u>	<u>9</u>
	338.070	195.901	784	2.388.104	134.007	(4.192)
Outros	<u>2.150</u>	<u>3.358</u>	<u>(171)</u>	<u>46.637</u>	<u>2.465</u>	<u>190</u>
Total	<u>340.220</u>	<u>199.259</u>	<u>613</u>	<u>2.434.741</u>	<u>136.472</u>	<u>(4.002)</u>

Adicionalmente, ativos e passivos, de acordo com os segmentos, reconciliados para os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estão demonstrados a seguir:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Ativos	Passivos	Ativos líquidos	Ativos	Passivos	Ativos líquidos
Informações por segmento:						
Brasil	3.665.453	1.593.001	2.072.452	4.324.024	1.870.622	2.453.402
Argentina e Paraguai	596.180	487.628	108.552	667.790	474.517	193.273
Portugal e Cabo Verde	904.532	494.175	410.357	986.071	565.733	420.338
Egito	477.916	153.300	324.616	497.940	113.394	384.546
Moçambique	284.850	143.610	141.240	253.967	118.204	135.763
África do Sul	<u>350.783</u>	<u>132.646</u>	<u>218.137</u>	<u>441.007</u>	<u>65.256</u>	<u>375.751</u>
Total	6.279.714	3.004.360	3.275.354	7.170.799	3.207.726	3.963.073
Outros	1.389.046	2.413.467	(1.024.421)	828.200	2.541.416	(1.713.216)
Eliminações	(483.471)	(483.471)	-	(499.770)	(499.770)	-
Outros investimentos	<u>8.414</u>	<u>-</u>	<u>8.414</u>	<u>8.372</u>	<u>-</u>	<u>8.372</u>
Total de segmentos	<u>7.193.703</u>	<u>4.934.356</u>	<u>2.259.347</u>	<u>7.507.601</u>	<u>5.249.372</u>	<u>2.258.229</u>

Os ativos e passivos não atribuíveis aos segmentos incluem: (a) ativos e passivos não atribuíveis a segmentos específicos, basicamente companhias que são “holdings” e “tradings”; (b) eliminações de saldos entre companhias do mesmo grupo entre segmentos; e (c) outros investimentos.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22 de janeiro de 2014, o Conselheiro-Relator do processo administrativo em trâmite no CADE, iniciado em 2007 contra a controlada InterCement Brasil e outras empresas do setor (“Representadas”), conforme referenciado na nota explicativa nº 12, proferiu voto, no sentido de condenar as Representadas e aplicar multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à controlada InterCement Brasil corresponde ao total de €167.215 (considerando €74.911 para a InterCement e €92.304 para a CIMPOR), além da imposição de desinvestimentos de ativos. Os demais Conselheiros do CADE, com exceção de um deles, acompanharam o voto do Conselheiro-Relator. O Conselheiro cujo voto não foi proferido pediu vista do processo e o julgamento foi suspenso até a sessão seguinte.

Em 5 de fevereiro de 2014, o processo foi retirado de pauta e o julgamento permanecerá suspenso. No momento, não há previsão para conclusão, e, até a promulgação da decisão, os demais Conselheiros que já proferiram seus votos podem alterá-los. Caso a sentença administrativa condenatória se confirme no CADE, a controlada InterCement Brasil irá recorrer da decisão.

## 29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos até a data da aprovação, estando aprovadas para divulgação.

---